



ENQUADRAMENTO DOS TEMAS 'DEMOCRACIA 4.0'

SESSÃO II – A NOVA VAGA DA DEMOCRACIA DIGITAL

Coordenação Científica

Marco Lisi (Dep. De Estudos Políticos e IPRI, FCSH-UNL)

O conceito de democracia digital implica a utilização dos meios eletrónicos de comunicação para potenciar e ampliar a ação dos cidadãos e controlar melhor os governantes e as instituições públicas. A democracia digital pode utilizar vários tipos de técnicas para aumentar a transparência dos processos políticos, incentivar o envolvimento direto e a participação dos cidadãos, assim como melhorar a qualidade da informação e das opiniões, através da abertura de novos espaços de comunicação e deliberação. Neste sentido, a revolução digital transforma a representação democrática através da alteração dos espaços e dos tempos da ação política.

Democracia digital não consiste apenas numa viragem tecnológica, mas numa mudança cultural. Para aprofundar o ideal democrático a democracia digital deve ser capaz de aumentar e combinar o máximo da liberdade com o máximo da igualdade. Para alcançar este objetivo é necessário não apenas realizar uma alfabetização tecnológica, mas também evitar que o poder se transfira para atores privados que atuam sem o controlo e o escrutínio público inerente ao funcionamento das democracias representativas. Para além disso, não é um dado adquirido que as mudanças tecnológicas possam levar a um efetivo potenciamento dos cidadãos e das instituições democráticas, podendo ser marginalizados ou manipulados nos processos de decisão.

1. Acredita que a democracia digital pode aproximar os jovens à vida política?
2. Será que as novas tecnologias irão substituir os tradicionais atores de intermediação?
3. Que exemplos conhecem de uso de novas tecnologias para melhorar os processos de decisão?
4. Os partidos têm acompanhado a evolução das tecnologias, adaptando-se ao novo contexto digital?
5. De que forma as instituições podem utilizar as novas tecnologias de comunicação para responder à crise da representação política?
6. Poderão os novos instrumentos de comunicação aumentar a liberdade dos cidadãos?
7. A democracia digital pode gerar novas desigualdades e uma nova clivagem geracional?
8. Até que ponto a difusão das redes sociais e das novas tecnologias pode facilitar a expansão da democracia e a disseminação de valores democráticos?
9. A democracia digital equivale a uma nova forma de poder 'tecnocrático'?
10. Concorda com a utilização das novas tecnologias para a escolha de candidatos a cargos públicos (exemplo: primárias, voto eletrónico, etc.)?



SESSÃO III - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: EU TAMBÉM DECIDO

Coordenação Científica

Ana Neves (APDSI)

Rui Branco (Dep. De Estudos Políticos e IPRI, FCSH-UNL)

Tiago Fernandes (Dep. De Estudos Políticos e IPRI, FCSH-UNL)

A participação cidadã na vida democrática está atualmente associada, e quase limitada, à participação nos processos eleitorais. Essa circunscrição, temporal e contextual, tem contribuído para a dissociação dos cidadãos da participação democrática, e para uma atitude passiva, apimentada por uma crescente postura de crítica acusadora para com os órgãos democraticamente eleitos.

Felizmente, são vários os exemplos que nos garantem como possíveis novos modelos, canais e momentos de participação democrática.

As ferramentas digitais estão a viabilizar outras formas de envolver os cidadãos na vida da sua rua, da sua cidade ou do seu país. Através delas, os cidadãos são convidados a pensar iniciativas nacionais e locais que contribuem para o bem comum, injetando, no processo, uma grande dose de inovação nas abordagens públicas. As ferramentas sociais também estão a transformar os cidadãos em “sensores” e agentes ativos nas suas localidades, reportando problemas, identificando oportunidades, criando campanhas de mobilização coletiva em torno das causas em que acreditam.

A tecnologia para criar estes novos canais e modelos de participação já existe. Existem também exemplos reais de como é possível criá-los. Importa perceber até que ponto as entidades públicas têm vontade genuína de aumentar e melhorar o nível de participação cívica. De igual forma, importa perceber se os cidadãos estão genuinamente interessados em participar ativamente nos processos de decisão democrática que afetam o seu país e as suas cidades.

1. Os cidadãos querem verdadeiramente participar mais na tomada de decisões ao nível nacional? E ao nível das suas cidades?
2. Os cidadãos têm as ferramentas necessárias para participar ativamente na vida democrática?
3. Para mim, ser um cidadão ativo do meu país é...
4. Faz sentido que as iniciativas de participação pública nasçam apenas no seio de entidades privadas e da sociedade civil? Que papel cabe às entidades públicas nesses casos?
5. Quais os principais obstáculos que se colocam a uma maior e melhor participação ativa dos cidadãos na vida do seu país e das suas localidades?
6. Poderá o digital contribuir para estreitar o distanciamento que os cidadãos europeus sentem da atividade que tem lugar ao nível da Comunidade Europeia? Quais os prós e os contras da participação por via digital?
7. A participação na sociedade civil e em movimentos sociais pode também ser motivada



- por motivos não democráticos (xenofobia, sexismo, discriminação contra imigrantes etc).
O que pensa acerca do crescimento destas dinâmicas sociais e das suas causas?
8. De que forma a participação cidadã pode reduzir as desigualdades sociais e económicas?
 9. O que acha dos movimentos de protesto? Em que circunstâncias devem ser usados no espaço público?
 10. Que exemplos conhecem de iniciativas digitais, tanto promovidas pelo Estado como pela sociedade civil, para participação cívica?
 11. Imaginem que a vossa instituição de ensino decidia abraçar e incentivar um projeto para garantir uma maior participação dos seus alunos e professores no processo de tomada de decisões relativas ao sistema de ensino nacional. Em que poderia consistir esse projeto?



SESSÃO IV – A VERTIGEM DA DESINFORMAÇÃO

Coordenação Científica

Dora Santos Silva e António Granado (Dept Ciências da Comunicação, FCSH-UNL)
Mário Gaspar da Silva (Dept Engenharia e Informática, IST)

A 10 de abril de 2018, Mark Zuckerberg, CEO do Facebook, foi ouvido no senado norte-americano no seguimento do caso Cambridge Analytica. Esta empresa privada de análise de dados e comunicação estratégica terá usado indevidamente dados de 87 milhões de utilizadores do Facebook para ajudar a eleger Donald Trump. Logo nos primeiros minutos da sua intervenção, Zuckerberg [admitiu](#):

"[I]t's clear now that we didn't do enough to prevent these tools from being used for harm as well. That goes for fake news, foreign interference in elections, and hate speech, as well as developers and data privacy. We didn't take a broad enough view of our responsibility, and that was a big mistake. It was my mistake, and I'm sorry.

Numa era em que os media digitais são quase uma extensão do nosso corpo e das nossas vidas, a desinformação – conteúdo apresentado como factual quando, na verdade, foi inteiramente fabricado, muitas vezes favorecendo alguém – é facilmente veiculada pela Web, em particular pelas redes sociais. Ela tem o poder de nos colocar numa situação de vertigem: confunde-nos, faz-nos duvidar das nossas crenças e, por vezes, mudar as nossas certezas em função de... ilusões.

Foi a partir das eleições presidenciais norte-americanas em 2016, de que Donald Trump saiu vencedor, que investigadores começaram a debruçar-se sobre o fenómeno da desinformação. No entanto, embora haja certezas, também há muitas questões.

Investigadores da Universidade de Yale [concluíram](#) em 2018 que apenas uma exposição do utilizador a uma notícia falsa pode gerar o efeito de “verdade ilusória”, mesmo que a notícia seja pouco credível. Basta que tenha um certo grau de plausibilidade. Esse efeito de crença na ilusão aumenta com a repetição da exposição à desinformação. Concluíram também que o mecanismo de denúncia das notícias falsas (no Facebook, por exemplo) não chega para mudar a percepção do utilizador.

No entanto, [outro estudo](#) conclui que uma única notícia falsa teria de ter sido tão persuasiva quanto 36 anúncios de televisão para influenciar a vitória ou derrota de Trump, pelo que não “aposta” nesse poder.

Mas há uma parte deste estudo que é muito preocupante: os investigadores afirmam que uma pequena parte da desinformação que corre nos media – a mais sofisticada e fraudulenta – tem o poder de moldar a forma como as pessoas vêem o mundo porque vai ao encontro daquilo que



querem ouvir, legitimando os seus preconceitos e as suas ideias de vilões e maus da política e do mundo.

Se o jornalismo teve até há pouco tempo o poder de nos mostrar o mundo, como ele é, com princípios de rigor e clareza, será que a desinformação poderá ganhar esta guerra por nos mostrar o mundo que algumas pessoas querem que assim o seja, fruto das suas próprias crenças ilusórias, xenófobas e perigosas? Se as redes sociais são hoje incontornavelmente a porta de entrada para conteúdos, não deveriam ser sujeitas às mesmas regras editoriais dos media regulados, existindo, por exemplo, uma certificação dos conteúdos dos media regulados e uma censura automática da desinformação?

1. As notícias falsas são um produto da liberdade de expressão ou uma ameaça à democracia?
2. De que forma se pode dotar os cidadãos de ferramentas para identificar a desinformação?
3. Que soluções/medidas têm sido adotadas no combate à desinformação?
4. Qual deve ser o papel do jornalismo no combate à desinformação?
5. É possível limitar as notícias falsas ou estamos todos a perder tempo ao tentar combatê-las?
6. A culpa da desinformação é toda das redes sociais?
7. A estratégia de usar a desinformação nas campanhas políticas vai crescer no futuro?
8. Devem as *redes* sociais ser consideradas como *mídia* sociais, i.e., ser sujeitas às mesmas regras da comunicação social?
9. Devem os cidadãos ter o direito de poder pagar o uso das redes sociais sem estarem, como agora, obrigados a dar em pagamento a sua atenção a (des)informação de anunciantes?
10. Devem os anunciantes das redes sociais estar registados e tornado público em cada conteúdo patrocinado quem o patrocina?



SESSÃO V - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA DECIDIR HUMANAMENTE

Coordenação Científica
Manuel Lopes, Instituto Superior Técnico

Décadas de ficção científica mostraram-nos possíveis utopias e distopias futuras, com robots quer a ajudar pessoas no dia-a-dia, quer a dominar o mundo. Nos dias de hoje a inteligência artificial e os robots estão a entrar nas nossas vidas e agora os factos misturam-se com a ficção. A Inteligência Artificial considera no seu objetivo mais abrangente o desenvolvimento de máquinas que sejam tão inteligentes como as pessoas. Tal como nas pessoas não é claro o que significa ser inteligente por isso, no passado, esta disciplina focou-se na resolução de problemas que podem ser definidos de uma forma matemática muito objetiva.

Nos dias de hoje a Inteligência Artificial já começou a debruçar-se sobre problema mais gerais tais como a interpretação de imagem ou som, interpretação de emoções, geração de comportamentos biologicamente plausíveis e na geração de pinturas e músicas de uma forma criativa.

Os robots conseguem explorar o espaço e os oceanos, durante mais tempo e mais longe do que as pessoas, há portos e minas completamente automáticos, comboios e metros automáticos existem em muitas cidades. Em muitas áreas de diagnóstico médico os computadores conseguem resultados iguais aos peritos. Geração e reconhecimento de imagem e som pode já ser feito de forma automática, e os computadores, em muitas áreas, já conhecem melhor os nossos gostos que as nossas famílias. Esse conhecimento sobre nós próprios é na maior parte das vezes usado na venda de publicidade ou na recomendação de produtos. Aplicações que irão aparecer que se aproveitam desse conhecimento são a medicina e a educação personalizada. Podemos imaginar que no futuro um professor pode ser assistido por vários computadores que o ajudam a identificar as dificuldades e preferências individuais de cada aluno sendo então capazes de recomendar atividades personalizadas que ajudem cada aluno a progredir.

Onde é que queremos que os computadores nos ajudem? Onde é que eles nos podem substituir? Onde é que queremos que eles nos substituam? Será que um sistema complexo que consiga analisar milhares de variáveis e prever as suas consequências pode tomar melhores decisões? Serão essas decisões mais humanas do que a que um humano pode tomar com a informação limitada que consegue processar? Quais os riscos da tomada de decisões por máquinas que não conseguimos compreender?

Os sistemas de inteligência artificial dos nossos dias avançaram devido a melhores algoritmos, da capacidade de computação e da enorme quantidade de dados existentes. As máquinas conseguem analisar milhões de dados e considerar milhares de variáveis simultaneamente, a sua capacidade de cálculo permite simular centenas de cenários possíveis e escolher o melhor. No entanto esta decisão depende dos dados e de como se explica a uma máquina o que é o melhor cenário. Serão os dados disponíveis na internet e com os quais alimentamos as



máquinas uma boa representação do que é ser humano? Do que queremos para a sociedade? Qual é o melhor futuro possível?

1. Para quando um ministro robot?
2. Pode a Inteligência Artificial tomar as decisões mais bem informadas? E tendo em conta os fatores humanos?
3. Pode a Inteligência Artificial fornecer melhor informação para ajudar os cidadãos a decidir? Ou decidir por eles?
4. Os problemas atuais de emprego, qualidade de vida, economia e desigualdade, são causados por limites na nossa inteligência?
5. Existem limites à nossa inteligência? Pode uma Inteligência Artificial ir para além desses limites?
6. São os comportamentos humanos um exemplo a seguir pelas máquinas? Serão os dados disponíveis na internet e com os quais alimentamos as máquinas uma boa representação do que é ser humano?
7. O que é que a Inteligência Artificial pode fazer que as pessoas não conseguem?
8. Onde é que queremos ser substituídos pelas máquinas? Onde é que é possível sermos substituídos?
9. Quando uma máquina falha de quem é que é a responsabilidade?
10. Quando uma máquina substitui uma pessoa tem de funcionar muito melhor? Por exemplo, os carros automáticos têm que ter 0 acidentes ou apenas ter a mesma quantidade de acidentes que as pessoas?

Lisboa, 17 Abril 2018